



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO



O PAPEL DAS ISCs NA PROMOÇÃO DA BOA GOVERNAÇÃO

Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

17 de Setembro de 2014

Brasília – Brasil



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Qual é o papel da ISC na promoção da boa governação ?





REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Boa Governação através de:

- Aumento da confiança na gestão dos recursos públicos

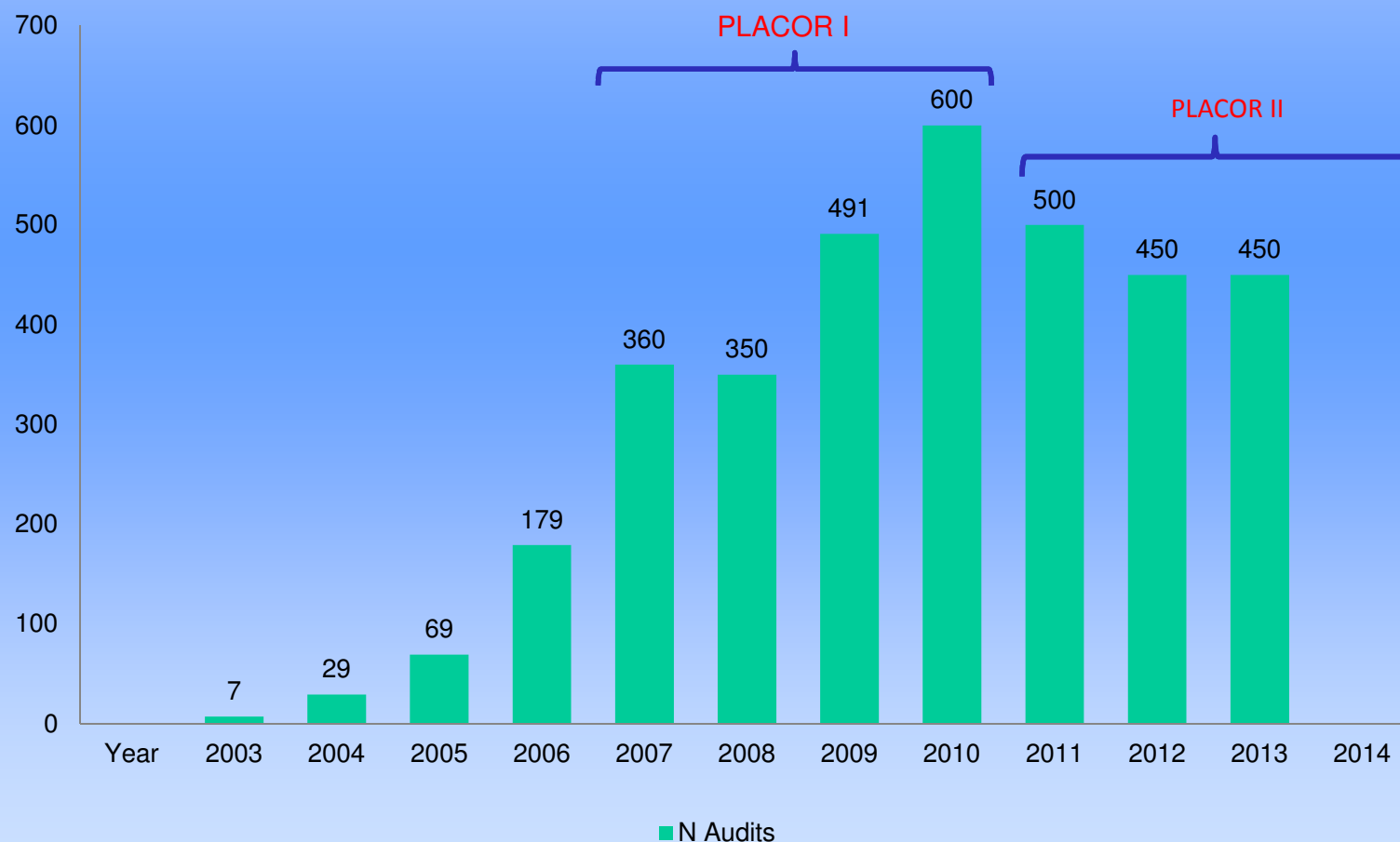


REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Auditorias às contas públicas





REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Auditorias de Desempenho

- Educação
- Transportes
- Água
- Agricultura
- Saúde

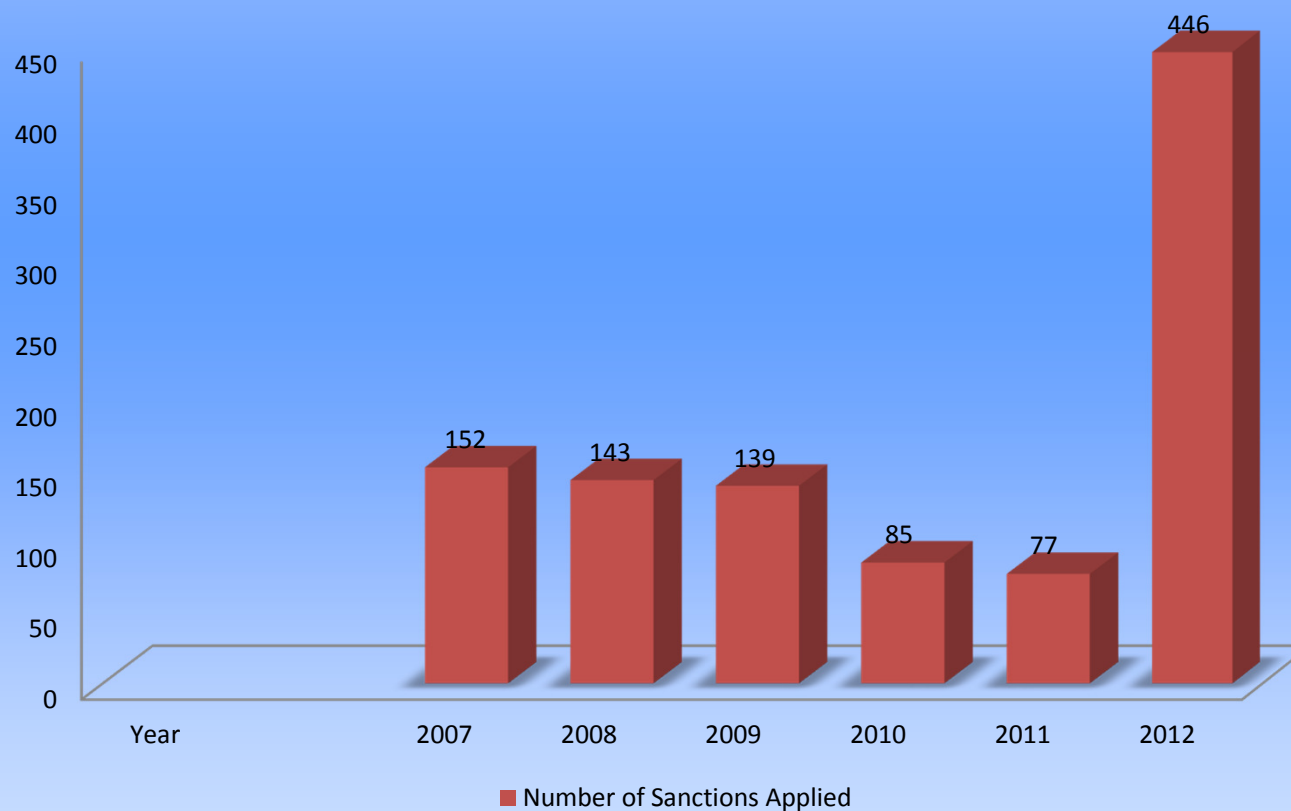


REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Responsabilização (Sanções Aplicadas)





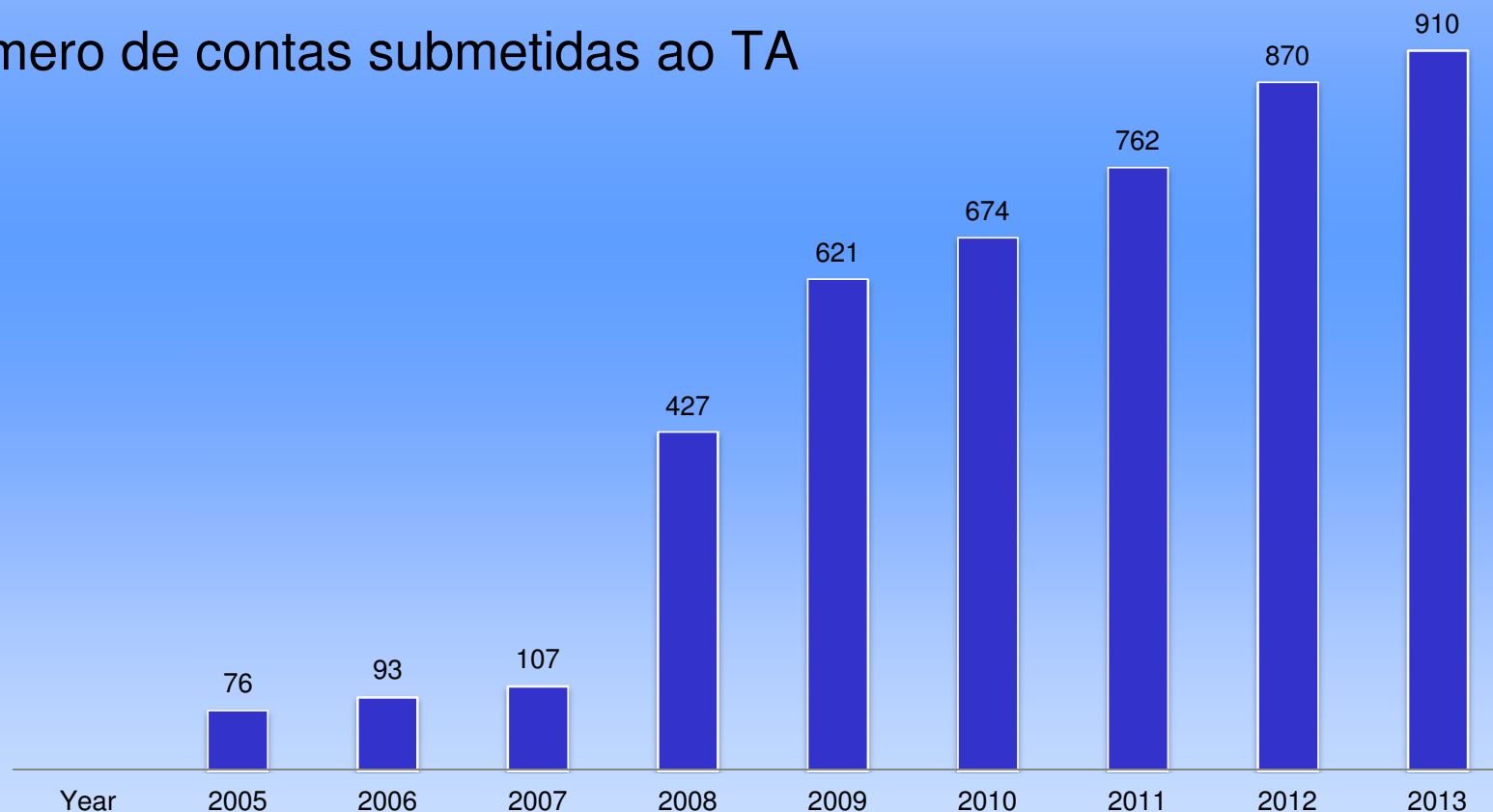
REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Cultura de Prestação de Contas

Número de contas submetidas ao TA





REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Boa Governação através de:

- Aumento da confiança na gestão dos recursos públicos
- Incremento da transparência



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Transparência

- Publicação na página do TA na Internet, da versão Simplificada do RPCGE e do RAD..
- Publicação no BR, das decisões proferidas pelo TA.
- Divulgação e publicação de acções do TA na Linha Informativa.
- **Nova legislação obriga:**
 - Publicar todas decisões do TA na Internet
 - Envio ao Parlamento dos relatórios de auditoria de desempenho



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

PÁGINA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO NA INTERNET



TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



notícias


Home

6 Agosto 2014
DCI reforçado



O DEPARTAMENTO de Comunicação e Imagem (DCI) do Tribunal Administrativo (TA) conta com mais uma técnica, formada em Jornalismo, que vem reforçar a equipa de trabalho. Trata-se de Dércia Isabel da Graça Cossa, que tomou posse, na tarde de ontem, cinco de (...)

29 Julho 2014
Quadros do TA participam na Conferência Nacional sobre Gestão de Documentos

FUNCIONÁRIOS do Tribunal Administrativo (TA) afectos a diferentes áreas participam, nos dias 31 de Julho e 1 de Agosto, na Conferência Nacional sobre Gestão de Documentos, evento que será antecedido por uma sessão de capacitação de quadros da Função Pública a (...)

23 Julho 2014
Procuradora-Geral da República Portuguesa visita TA



O Presidente do Tribunal Administrativo (TA), Prof. Doutor Machatine Paulo Marrengane Munguambe, recebeu, na manhã de ontem, a Procuradora-Geral da República Portuguesa, Joana Marques Vidal, que se encontra em Moçambique a convite da sua homóloga. A vinda (...)

22 Julho 2014
Presidente do TA toma posse

15 Julho 2014
Técnicos do TA capacitados em matéria da análise da Conta Geral do Estado

6 Julho 2014
TA Celebra Dia da Criança

4 Julho 2014
Assembleia da República ratifica nomeação do Presidente do TA

30 Junho 2014
Segundo avaliação preliminar da AFROSAI-E: TA responde aos Padrões Internacionais de Auditorias

23 Junho 2014
Por uma Administração Pública moderna e responsável: TA participa no Congresso Internacional do IIAS

19 Junho 2014
TA busca eficiência em Auditoria de Desempenho

Webmail 

Praça da Independência, 1117 - Maputo
Tel: (258) 21 345001/2, Email: ta@ta.gov.mz
© 2006-2014 - Tribunal Administrativo de Moçambique

[Mapa do Site](#) | [Termos e Condições](#)

Produzido e alojado por SISLOG



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

REVISTA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO 2.^a EDIÇÃO



LINHA *Informativa*



BOLETIM INFORMATIVO do Tribunal Administrativo | Periodicidade Trimestral | Dezembro de 2012 | Edição n° 2

EMPOSSADOS Juizes-Presidentes



MOISÉS AMARAL
**Conta Geral
do Estado
ao pormenor**



PRESIDENTE DO TA
**Inaugura
tribunal de 1.^a
Instância**



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

TRANSPARÊNCIA E ENVOLVIMENTO DO CIDADÃO

LINHA
Informativa

BOLETIM INFORMATIVO do Tribunal Administrativo | Dezembro de 2013 | 3.ª Edição

Linhas da contabilidade de contas e auditoria
DR. JEREMIAS ZUANDE

PÁGS. 4 A 8

EM 2012

AMÂNCIO CHISSICO

JA APRECIA 84118 PROCESSOS DE VISTO DE PESSOAL

PÁGS. 9

DE ESTOFADOR A OFICIAL DE JUSTIÇA

PÁGS. 10 A 11



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Boa Governação através de:

- Aumento a confiança na gestão dos recursos públicos.
- Incremento da transparência dos relatórios da ISC.
- Contribuição para o debate público em geral e em particular por via da comunicação social.



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Repercussão na Mídia

Política Quinta-feira, 3 de Abril de 2014

CONTA GERAL DO ESTADO 2012

Bancadas divididas

AS bancadas parlamentares da Frelimo, Renamo e Movimento Democrático de Moçambique (MDM) mostraram-se ontem divididas quanto à aprovação da Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2012.

O grupo parlamentar da Frelimo mostrou-se favorável à adopção do documento, por entender que na Execução do Orçamento de Estado para 2012 e na elaboração da respectiva conta foram observadas as recomendações da Assembleia da República, que aprovou a Conta de 2010, bem como as constantes do Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a mesma conta.

Segundo o deputado Faruk Osman, do rol das recomendações cumpridas, destaque vai para a conclusão da monitoria da incorporação de dados de bens adquiridos em 2012, bem como a revisão do Classificador Geral dos bens do Estado e Codificação das unidades escolares e sanitárias do nível distrital.

Segundo a Frelimo, o Governo tem estado a realizar acções de capacitação de quadros das instituições a nível central, provincial e distrital, tendo em vista o cumprimento integral dos procedimentos inerentes à planificação, programação, cobrança e registo de receitas; para além de várias outras actividades previstas na legislação sobre a matéria.

Para a bancada maioritária, a qualidade da Conta em análise apresenta melhorias qualitativas significativas quando comparada com as anteriores, ao mesmo tempo que verificou, com satis-

as recomendações do Tribunal Administrativo, reiteradas pela Comissão de Plano e Orçamento da AR, no que diz respeito à materialização das acções do Plano Económico e Social de 2012, na prossecução dos objectivos do Programa Quinquenal do Governo para o período 2010-2014.

Por sua vez, a Renamo, na voz do deputado José Samo Gado, entende que a Conta Geral de Estado de 2012 não evidencia, com clareza, exactidão e simplicidade a execução orçamental, financeira e patrimonial da coisa pública. Socorrendo-se do relatório da análise feita pelo Tribunal Administrativo a esta conta, a Renamo refere que este constatou que o sistema de arquivo, na maioria das instituições do Estado, ainda é deficiente, situação que dificulta a localização com eficiência, simplicidade e rapidez dos documentos atinentes aos seus orçamentos e execução das suas actividades, o que constitui violação das normas

da Administração Pública, facto já reportado nos pareceres dos últimos quatro anos.

"Na análise e auditorias realizadas, o Tribunal Administrativo constatou que persiste a não canalização às Direcções de Áreas Fiscais (DAFs), das Receitas Próprias e Consignadas, por algumas instituições e organismos do Estado que as arrecadam. Por esta razão, nem todas as receitas destas duas rubricas ingressaram na Conta Única do Tesouro (CUT) e algumas delas nem sequer constam da CGE, facto já reportado nos seus pareceres de 2008, 2009, 2010 e 2011", sublinha a bancada da Renamo.

Já o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), entende que a Conta Geral do Estado não faz uma inventariação precisa dos Bens do Estado, o que faz com que não se tenha uma visão real do património do Estado e sua Execução. O MDM também se manifesta apreensivo no que tange

arquivo que as instituições e organismos do Estado apresentam e mostra-se contrário aquilo que chamou de violação das normas dos serviços de administração do Estado, reportadas no documento do Tribunal Administrativo que analisa esta conta.

Faço a estas anomalias, o MDM pretende saber, segundo o deputado José de Sousa, quais os constrangimentos que levam o Governo a não incluir na Conta Geral do Estado a execução dos chamados grandes projectos económicos e que estratégias tem para que a Conta Geral do Estado referente ao ano 2013 tenha uma melhor execução.

HÁ MELHORIAS

O Governo, através do Ministro das Finanças, Manuel Chang, reconheceu que há melhorias significativas na elaboração da Conta Geral do Estado referente ao ano económico de 2012, tendo sido concluída dentro dos prazos

Segundo o deputado Faruk Osman, do rol das recomendações cumpridas, destaque vai para a conclusão da monitoria da incorporação de dados de bens adquiridos em 2012, bem como a revisão do Classificador Geral dos bens do Estado e Codificação das unidades escolares e sanitárias do nível distrital.

Segundo a Frelimo, o Governo tem estado a realizar acções de capacitação de quadros das instituições a nível central, provincial e distrital, tendo em vista o cumprimento integral dos procedimentos inerentes à planificação, programação, cobrança e registo de receitas; para além de várias outras actividades previstas na legislação sobre a matéria.

Para a bancada maioritária, a qualidade da Conta em análise apresenta melhorias qualitativas significativas quando comparada com as anteriores, ao mesmo tempo que verificou, com satis-

Manuel Chang foi ontem ao Parlamento defender a aprovação da Conta Geral do Estado de 2012

Segundo o deputado Faruk Osman, do rol das recomendações cumpridas, destaque vai para a conclusão da monitoria da incorporação de dados de bens adquiridos em 2012, bem como a revisão do Classificador Geral dos bens do Estado e Codificação das unidades escolares e sanitárias do nível distrital.

Segundo a Frelimo, o Governo tem estado a realizar acções de capacitação de quadros das instituições a nível central, provincial e distrital, tendo em vista o cumprimento integral dos procedimentos inerentes à planificação, programação, cobrança e registo de receitas; para além de várias outras actividades previstas na legislação sobre a matéria.

Para a bancada maioritária, a qualidade da Conta em análise apresenta melhorias qualitativas significativas quando comparada com as anteriores, ao mesmo tempo que verificou, com satis-

Além disso, a Renamo também reconheceu que há melhorias significativas na elaboração da Conta Geral do Estado referente ao ano económico de 2012, tendo sido concluída dentro dos prazos

Além disso, a Renamo também reconheceu que há melhorias significativas na elaboração da Conta Geral do Estado referente ao ano económico de 2012, tendo sido concluída dentro dos prazos



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Repercussão na Mídia

Jornal Diário do País

- Ano 08- Edição n° 1640

02 de Abril de 2014

Por sua vez, a representante do Ministério de Energia, Marta Suzana, que falava naquele encontro de capacitação de jornalista, disse que o Ministério tem plano de implementar energias geotérmicas, eólicas, solares, biogás e briquete, como meios alternativos à energia das biomassas por estar a comprometer a sustentabilidade do meio ambiente no país.

Para o efeito, o Ministério de Energia já introduziu um projecto-piloto para produção de briquete, coordenado pelo Fundo Nacional de Energia (FUNAE).

Como disse a representante do Ministério da Energia, o uso das biomassas é costumeiro, contudo, é caro dado que são muitas pessoas que a utilizam e por efeito torna-se escasso e ainda eleva o desflorestamento das massas no país.

Salientou que as energias renováveis vem prevenir a questão do desflorestamento que até 2025 vai esgotar os recursos florestais aproveitados na produção da energia vegetal.

Frisou-se na ocasião que cerca 4 milhões de pessoas no mundo inteiro morem anualmente em consequência do uso de energia de origem vegetal. Para o efeito, a energia solar, eólica e gás apresentam como sendo eficazes meios alternativos com vista a minimizar o efeito do uso das biomassas que, anualmente ceifam vidas de milhões de pessoas no mundo inteiro, em particular para mulheres e crianças, assim como provoca o desflorestamento de milhares de hectares colocando em risco as condições saudáveis do meio ambiente.

De acordo com Rick Overmas, a SNV trabalha ao nível das universidades com destaque para a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Universidade Pedagógica (UP) e o Instituto Industrial de Maputo para transmitir conhecimento sobre as energias renováveis, sendo que na UEM encontram-se em projecto um laboratório para fogões e painéis solares bem como de

facilitadores desse tipo de tecnologia.

Conforme avançou a nossa fonte, as grandes áreas de investigação do laboratório da UEM foram de painéis solares e fogões.

Refira-se que a organização conta com o envolvimento do Governo moçambicano, através do Ministério da Educação, que investiu cerca de 9 milhões de maticais na UEM, não obstante estar a contar com o envolvimento da banca moçambicana. Embora em condições deficitárias devido à constrangimentos relacionado com as taxas de câmbios e os contratos de amortização,

assim como as taxas de juros a crédito de longo prazo que são muito altos. Segundo Overmas a organização já tem 15 sites de produção de energia na província de Manica, com a capacidade de produzir 30 kwat para o uso familiar, e incluindo centros comerciais nomeadamente lonjas barbearias entre outros.

Ainda sobre o mesmo assunto, a fonte explicou a SNV esta a trabalhar no sentido de importar tecnologia para o país.

DP

Na Assembleia da República

Conta Geral do Estado de 2012 sob crivo parlamentar

A Assembleia da República (AR) aprecia, hoje e amanhã, a Conta Geral do Estado (CGE) referente ao exercício económico de 2012.

A Comissão do Plano e Orçamento (CPO), no seu parecer relativo à esta conta, propõe ao plenário da AR a apreciação positiva deste documento e recomenda ao Governo que observe, com rigor, as incumbências do Tribunal Administrativo (TA), constantes do Relatório e Parecer sobre a CGE referente ao exercício económico de 2012.

No seu Parecer relativo a CGE de 2012, a CPO insta ao Executivo moçambicano a continuar com as acções de formação e capacitação dos funcionários afectos aos órgãos de Controlo Interno e aos de Execução do Orçamento e prosseguir com as acções que visem garantir a inscrição no Orçamento do Estado de todas as receitas próprias e consignadas cobradas pelas instituições do Estado.

Esta Comissão de Especialidade do parlamento recomenda, igualmente, ao Governo que adopte mecanismos para a divulgação e publicitação da CGE a partir do dia 30 de Setembro do ano seguinte àquele que a mesma respeita; contemplar um relatório específico demonstrativo do nível de execução orçamental por sectores prioritários extraído do e-SISTAFE a partir do exercício económico de 2014; e elabore versões simplificadas da CGE para o cidadão, a partir do exercício económico de 2015.

Recorde-se que o Ministro das Finanças,

Manuel Chang, afirmou em 2013 que no exercício económico de 2011, a política orçamental esteve assente no rigor e na racionalidade da gestão dos recursos públicos, numa conjuntura macroeconómica caracterizada pela prevalência de pressões inflacionárias, reflectidas no registo de uma inflação média de 10,35%.

Falando no Plenário da Assembleia da República, durante a apreciação da Conta Geral do Estado referente ao exercício económico de 2011, Chang sublinhou na ocasião que "não obstante estes factores, o desempenho fiscal e orçamental foi satisfatório, tendo-se reflectido no crescimento económico de 7,2%, em termos reais". Para a execução do Orçamento do Estado de 2011 o Governo empreendeu esforços que resultaram na mobilização de recursos no valor de 125.932,0 milhões de Meticals, os quais tiveram a seguinte aplicação: 70.989,2 milhões de Meticals para a Despesa de Funcionamento, 51.011,5 milhões de Meticals para a Despesa de Investimento, e 5.934,6 milhões de Meticals para as Operações Financeiras.

Redacção

PUB

Estamos mais perto de si visite-nos

JÉSSICA
ESCOLA DE CONDUÇÃO

JÉSSICA
Av. Marien Nguambi 813 R/C
Tel/Fax 21 310358 Cel 82 1283830
82 4836610

JECKA
ESCOLA DE CONDUÇÃO

JECKA
Rua do Jardim próximo da
fábrica 2M Cel 821283830,
82 4836610

PALÓ
ESCOLA DE CONDUÇÃO

PALÓ
Av. de Moçambique n° 14
Tel 21471137 Cel 82 128 38 30
823008095 Benticia





REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Repercussão na Mídia

notícias
Para trabalhar
contacte a n
siti
Av. Mohamed
Teófilo, 2133
Moçambique

ajuda
contra

Director: Rogério Ntseu • Maputo, sexta-feira, 17 de Abril de 2009 • Preço: 15,00 MT

Comparativamente aos anos anteriores
Conta do Estado com menos discrepância
— segundo a Primeira-Ministra Luísa Diogo, na AR, reagindo às constatações do relatório do Tribunal Administrativo


Luísa Diogo dirigindo-se aos parlamentares

A PRIMEIRA-MINISTRA, Luísa Diogo, defendeu ontem na Assembleia da República (AR), em Maputo, o actual modelo informatizado da Conta Geral do Estado, considerando que o mesmo está a convergir para que haja menos discrepância nos dados referentes à utilização dos recursos do Tesouro, comparativamente ao que sucedia nos anos anteriores. A governante, que falava numa sessão sobre a conclusão da apreciação da Conta Geral do Estado referente ao exercício de 2007, reagiu às constatações contidas num relatório e parecer do Tribunal Administrativo (TA), que aponta para a existência de violação de algumas regras e princípios contabilísticos.

Segundo o relatório do TA, dentre as irregularidades detectadas nas auditorias efectuadas a algumas instituições, consta a falta de documentos justificativos de parte das despesas realizadas, a inscrição das despesas em linhas orçamentais desapropriadas, aquisições sem observância das regras de concurso público, existência de contas bancárias movimentadas sem o registo dos valores na conta, entre outros aspectos.

Chamada pelos deputados da AR a responder a algumas das preocupações contidas no relatório do TA, a Primeira-Ministra explicou que a Conta Geral do Estado de 2007, que nos últimos dois dias esteve em debate na Assembleia da República, não obnubila a existência de algumas irregularidades, demonstra um esforço em garantir a transparência dos actos administrativos do Governo.

“Esta (de 2007) é a décima Conta Geral do Estado do Moçambique independente. Ela é, necessariamente, muito melhor que a nossa primeira de 1998. Quando elaboramos a primeira tínhamos a consciência de que ela não era perfeita, mas tínhamos a certeza de que era necessário dar-se um primeiro passo rumo a uma cada vez maior transparência nos actos administrativos e financeiros”, disse a governante.

Luísa Diogo acrescentou que “ainda nos recordamos como se fosse ontem das ineficiências e irregularidades que a Conta Geral do Estado de 1998 tinha. Era uma conta mais manual do que informatizada, com todas as consequências que daí podiam advir e não assumimos isso”.

“Havia uma discrepância entre os valores orçamentados constantes da Lei do Orçamento publicado nos boletins da República. Nesse momento, na Conta Geral do Estado de 2007 já não temos essa discrepância. Em 1998 havia falta de uma indicação clara dos devedores e credores do Estado, agora já temos uma indicação clara desses elementos. Em 1998, havia tramitação de processos para além dos limites orçamentais aprovados pela Assembleia da República. Actualmente, na Conta de 2007, há um respeito rigoroso deste limite”, realçou a Primeira-Ministra.

Luísa Diogo afirmou ainda que a melhoria da transparência nos actos administrativos do Governo, sem como base o facto do Orçamento cosido na Conta Geral de 2007 ter sido elaborado recorrendo-se já a recursos informáticos no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), contrariaram-se ao que acontecia nos anos anteriores.

CERCA de 2500 pessoas participaram de hoje até domingo, na cidade da Matola, em Maputo, na VII Conferência Nacional de Quadros do Partido Frelimo, cujo objectivo é a procura de estratégias de participação da organização nas eleições presidenciais, legislativas e para as assembleias provinciais a decorrerem este ano no país.

Falando em conferência de imprensa para lançamento oficial deste encontro, Edson Macuacua, secretário para a Mobilização e Propaganda do Frelimo, afirmou que o encontro terá como principais pontos de agenda, a análise das eleições autênticas realizadas no ano passado e o grau de cumprimento do manifesto eleitoral do partido apresentado em 2004.

Na oportunidade, Edson Macuacua afirmou ainda que o encontro vai preparar as eleições que se realizam este ano no país. Para o efeito, a direcção do partido irá recolher sugestões dos participantes com vista a elaboração dos manifestos eleitorais para as eleições presidenciais e legislativas assim como para a produção do manifesto

EDM aum volume de

O VOLUME de vendas da empresa Electricidade de Moçambique (EDM) aumentou em cerca de 65 por cento no longo dos últimos quatro anos, ao passar de 2.749,2 milhões de metacais em 2003, para 4.534,6 milhões de metacais em 2008.

Num relatório de desempenho recentemente divulgado, o presidente do Conselho de Administração da empresa, Manuel Cuambe, destaca que de uma situação de prejuízos que em 2004 atingiram os 152 milhões de metacais, a EDM obteve, em 2007, um lucro estimado em 4,4 milhões de metacais, prevendo-se que na hora do fecho económico de 2008, os lucros rondarão os 37,6 milhões de metacais.

Manuel Cuambe disse ainda que entre 2006 e 2008 a EDM



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Repercussão na Mídia





REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Boa Governação através de:

- Aumento a confiança na gestão dos recursos públicos
- Incremento da transparência dos relatórios da ISC
- Contribuição para o debate público
- Fiscalização de sectores estratégicos



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A Experiência do Tribunal Administrativo de Moçambique

Fiscalização das receitas da Indústria Extractiva

- Sub-capítulo no RPCGE, em 2013, sobre receitas de Carvão e Gás
- Auditorias em 2014, sobre cálculo-medição-pagamento de royalties:
 - Instituto Nacional do Petróleo-INP
 - Empresa Nacional de Hidrocarbonetos-ENH



REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO



KHANIMAMBO